

## AS COTAS RACIAIS E O ACESSO AO ENSINO SUPERIOR EM DEBATE NO BRASIL: UMA INVESTIGAÇÃO SEMÂNTICO-DISCURSIVA À LUZ DA ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO

Raul Guilherme Candido da Silva<sup>1</sup>  
Jerónimo Pereira<sup>2</sup>  
Marília Adrielle Siqueira de Oliveira<sup>3</sup>

**Resumo:** *O debate acerca das cotas raciais para o ingresso no ensino superior público no Brasil é uma questão de constante polêmica: de um lado, tem-se aqueles que defendem a política de inclusão e argumentam que ela tende a servir para a luta contra a desigualdade social entre negros e brancos; do outro, há aqueles que afirmam que o sistema de cotas é um privilégio dado às pessoas negras e auxiliam ainda mais a segregação das raças. Levando em consideração as afirmações dos dois grupos, mas dando maior ênfase ao que diz o segundo, objetivamos, neste artigo, por uma abordagem semântico-discursiva à luz da Análise Crítica do Discurso – devorante ACD –, analisar como os discursos ideologicamente opressivos operam contra a política do sistema de cotas raciais para o ensino superior público brasileiro. Tal análise será feita em cima das materialidades discursivas encontradas no vídeo Cotas Raciais, do canal do Youtube TVE – Debates. Para tanto, contemplamo-nos de estudos de van Dijk (2008; 2010; 2015) para versarmos sobre questões de discurso, poder e ideologia; de estudos que nos deem uma vertente em direção às questões específicas de discursos sobre as cotas raciais (PEREIRA, 2008) e como elas vêm sendo investigadas por diferentes princípios disciplinares (ARBACHE, 2006; DAFLON, FERES JÚNIOR, CAMPOS, 2013; etc.). Mediante a análise feita, constatamos que os discursos contrários à ação afirmativa de cotas carregam marcas de poder e dominação ideológica que normalizam o fato de os negros serem socialmente desvalorizados e desprivilegiados em relação aos brancos.*

**Palavras-chave:** *Ação afirmativa de cotas. Desigualdade racial. Ensino público superior.*

**Abstract:** *The discussion on racial quotas for the entrant to public higher education in Brazil is a matter of constant controversy: on one side, there are those who defend the inclusion policy and argue that it tends to help with the struggle against social inequality between black and white people; on the other side, there are those who affirm that the quota system is a privilege given to black people and that it promotes even more the segregation of races. Taking into account the claims from both groups, but giving more emphasis on the claims of the second group, we aim, on this paper, through a semantic-discursive approach in the light of the Critical Discourse Analysis – from now on CDA –, to make inquiries about the oppressive and opposing discourses about the racial quota system for the Brazilian public higher education. Such analysis will be conducted based on the discursive materiality found on the video Cotas Racias, on the Youtube channel TVE – Debates. For this purpose, we draw on the studies by van Dijk (2008; 2010; 2015) in order to discuss on discourse, power and ideology issues; on studies which lead us toward specific issues about discourses on social quotas (PEREIRA, 2008) and how they have been investigated in different areas of knowledge (ARBACHE, 2006; DAFLON, FERES JÚNIOR, CAMPOS, 2013; etc). Through the analysis, we observed that the opposing discourses to the quota affirmative actions carry ideological domination and power marks which normalize the fact that black people are socially depreciated and unprivileged when compared to white people.*

---

<sup>1</sup> Mestrando em Letras pela UFPE – Bolsista Capes; Graduado em Letras-Português pela Ufal.

<sup>2</sup> Mestrando em Letras pela UFPE – Bolsista CNPq; Graduado em Letras-Português pela Unilab.

<sup>3</sup> Mestranda em Letras pela UFPE – Bolsista Capes; Graduada em Letras-Português-Inglês pela UFRPE.

**Keywords:** *Quota affirmative action. Racial inequality. Public higher education.*

## **Introdução**

Embora a implantação das cotas raciais para entrada no ensino superior público no Brasil tenha ganhado evidência em 2000, com a iniciativa da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj), as discussões em torno dessa questão se prolongam até os dias atuais. Para alguns, o sistema de cotas é injusto por “dar vantagens” ao grupo ao qual ele é destinado; para outros, ele é necessário, porque pode ser visto como um mecanismo que tenta combater a desigualdade social e racial do país.

Pela iniciativa da Uerj, desde 2000, as universidades públicas do Brasil vêm inserindo, em seus editais, coordenadas que indiquem que certo número de vagas deve ser preenchido por candidatos autodeclarados como pretos ou pardos ou, comprovadamente, de baixa renda. O objetivo da inserção dessa política afirmativa ao contexto educacional, segundo as políticas de assistência social, é o de minimizar as injustiças sociais às quais os negros foram submetidos no período escravagista do Brasil, o que resultou (e resulta até os dias de hoje) em consequências que levaram as pessoas negras a serem socialmente desfavorecidas.

Dessa forma, através de um processo histórico de desigualdade racial no Brasil, que em muitas instâncias foi legitimado pelo próprio Estado, o presente artigo busca analisar como os discursos ideologicamente opressivos operam a favor da manutenção das estruturas sociais de poder e como eles legitimam o abuso exercido pela elite simbólica sobre algumas minorias. No caso desta investigação, a de pessoas negras.

Para tanto, nortearemos a análise desta investigação por um viés semântico-discursivo (VAN DIJK, 2008) e levaremos em conta como tais discursos são pautados sob determinadas perspectivas ideológicas e de abuso e de dominação de poder (VAN DIJK, 2010; 2015). Além disso, veremos como esses processos de abuso de poder normatizam algumas situações a ponto de torná-las legítimas e socialmente aceitas (FALCONE, 2011).

Ademais, consideraremos – seguindo o próprio juízo de interdisciplinaridade proposto pela ACD – o que dizem algumas pesquisas de estudiosos de áreas como as Ciências Sociais (DAFLON, FERES JÚNIOR, CAMPOS, 2013; MUNANGA, 2001), a Comunicação (PEREIRA, 2008), a Educação (ARBACHE, 2006), a Linguística (CAETANO, 2007) e a Psicologia (NAIFF, NAIFF, SOUZA, 2009). Recorreremos a esse aparato interdisciplinar porque

essas pesquisas trazem dados – relacionados às cotas raciais – que nos mostram o abuso de poder ao qual a população negra é submetida.

Por conseguinte, para uma melhor organização desta pesquisa, vamos guiá-la da seguinte maneira: no primeiro momento, apresentaremos a seção onde abordaremos o que pesquisadores de distintas áreas científicas vêm falando sobre a política social de cotas. Em seguida, faremos apresentação do nosso referencial teórico ao qual nos filiamos; ademais, analisaremos nossos dados; e, por fim, concluiremos nosso estudo.

### **1. Um panorama interdisciplinar das discussões sobre as cotas raciais no Brasil**

Antes de apresentarmos os pressupostos teóricos da ACD para a fundamentação deste artigo, consideramos importante apresentar alguns estudos que trazem, de diferentes perspectivas disciplinares, discussões acerca das cotas raciais no contexto da educação superior pública no Brasil. Fazemos isso por acreditarmos que, para além do âmbito linguístico ao qual nossa pesquisa se insere, o que a interdisciplinaridade de estudos tem a nos dizer corrobora com algumas passagens discursivas encontradas em nosso *corpus*.

Em um panorama do percurso e implantação de cotas raciais nas universidades públicas brasileiras, Daflon, Feres Júnior e Campos (2013) apontam que a chegada de tais políticas trouxe consigo mecanismos de assistências sociais que visaram também pessoas inseridas em um contexto de baixa renda ou em um contexto que, historicamente, pode ser considerado como desfavorecido, como são os casos das pessoas pobres e dos indígenas. Ou seja, não só pessoas negras foram visadas por tais políticas assistenciais.

Em contrapartida, por uma perspectiva de representação social e psicológica, os resultados da pesquisa de Naiff, Naiff e Souza (2009) apontam que considerável número de universitários – inclusive, negros – tendem a achar que as cotas nada mais são do que um sistema favorável para reforço do racismo e das desigualdades. Segundo os autores, a maioria deles se apoia no discurso de que elas são um mecanismo de segregação racial.

Entretanto, os estudiosos acreditam que tal indicação seja resultado de uma ideologização que considera que as cotas rebaixariam ainda mais a figura do negro na sociedade. Isso porque o estudo deles indica também que os universitários acreditam que a política de ação afirmativa de cotas é um sistema que facilita a entrada dos negros no ensino superior, uma vez que, segundo os entrevistados, esse sistema disseminaria a ideia de que os negros não teriam capacidade.

Munanga (2001), mesmo não tendo feito nenhum estudo de teor comparativo antes e depois da política de implantação de cotas, considera que não há um porquê plausível para se argumentar que as cotas serviriam como um mecanismo de segregação social e racial, visto que pessoas negras não seriam favorecidas pelo sistema em relação às pessoas brancas, pois as provas de vestibulares são comuns a todos. Os negros apenas competiriam com outros negros, mas com as mesmas provas dos demais candidatos, não com provas mais fáceis, por exemplo.

Por toda essa polêmica de discursos contrários e favoráveis à ação de política afirmativa, Pereira (2008) faz um recorte de algumas matérias jornalísticas que abordam a temática das cotas em jornais online. O autor, então, chega à conclusão que os jornais, em sua maioria, tendem a se posicionar contra as cotas, argumentado, também, que elas são um princípio racista, discriminatório e que ferem a premissa da igualdade social.

Todavia, o trabalho do estudioso ressalta que as matérias ou artigos que falam sobre o tema não usam os argumentos que as pessoas negras se mantêm, no ensino superior, com excelente desempenho acadêmico. Mesmo havendo comprovações numéricas de pesquisas que apontem para isso, para o autor, os jornais ignoram esse fato.

Pensando, portanto, em todos os discursos contrários à política afirmativa, que são resguardados por argumentos que a considerem um elemento que corrobora para o racismo, recorreremos à pesquisa de Caetano (2007) que, com base nos estudos da ACD, compreende que a palavra Racismo, por uma questão diacrônica de seu significado, tende a ser, socialmente, associada a coisas ruins. De tal modo, as cotas “raciais” estariam, conseqüentemente, marcadas, ideológica e semanticamente, por essa negatividade.

Por fim, recorreremos à Arbache (2006) que, com uma pesquisa feita na própria Uerj – primeira universidade brasileira a implantar o sistema de cotas –, defende que, de forma ética e consciente, a sociedade necessita entender que as cotas não são esmolas, privilégios ou mais um meio de segregação social ou racial. Para a autora, o sistema é uma forma de coibir a desigualdade a qual os negros foram submetidos no Brasil e de incluí-los, de forma crítica, aos espaços da sociedade em que eles, até o momento, não eram autorizados a chegar.

## **2. Ideologia, discurso e poder conforme os estudos da ACD**

Para investigar a reprodução discursiva do abuso do poder subjacente aos discursos contrários às cotas raciais nas universidades públicas, bem como as suas premissas legitimadoras exercidas pela elite simbólica, optamos pela teoria dos Estudos Críticos do

Discurso desenvolvida pelos/nos estudos de van Dijk (2008; 2010; 2015). Sendo assim, levaremos em conta o que o autor tece acerca da ideologia e do poder e das relações semântico-discursivas que eles mantêm na/pela linguagem.

Acreditamos que o que é proposto pelo autor tende a corroborar, de uma maneira que melhor corresponde ao nosso objetivo, para a análise de nosso *corpus*. cremos nisso, pois sua abordagem traz observações pertinentes sobre como o discurso é guiado na reprodução e manutenção da dominação de poder e mostra como essa dominação é exercida e legitimada por discursos pertencentes a uma formação ideológica que incita a conservação das estruturas sociais vigentes.

A teoria da ACD defendida pelo van Dijk busca desvendar a relação entre discurso e sociedade por uma interface de modelos mentais e de cognição social. Para isso, o autor destaca, evidentemente, as propriedades cruciais das estruturas sociais, tais como poder e acesso, controle e manipulação, abuso e legitimação etc.

Conforme van Dijk (2015), o poder social, sendo uma propriedade das relações intergrupais manifestada no controle das ações de uns sobre outros, é acessado por meio de recursos socialmente valorizados, como a força, a riqueza, a renda, o status ou o conhecimento. Entretanto, mesmo sendo uma das propriedades mais cruciais da estrutura social, o poder e o acesso não representam o fulcro dos estudos desenvolvidos pelo teórico, mas, sim, como eles são usados para reprodução e legitimação da dominação através da língua/linguagem.

A dominação, de acordo com o autor, é um desvio dos modelos ou normas de (inter)ação aceitos para favorecer aqueles que detêm o poder social, perpetuando, dessa forma, a manutenção das várias formas da desigualdade da sociedade. Para ele, essa dominação é reproduzida mediante a imposição do acesso aos recursos socialmente valorizados, que são negados a determinadas classes que se encontram dominadas.

Acerca dessa concepção de dominação, pode-se assegurar que qualquer cenário social – sobretudo, nas sociedades em que alguns grupos são privilegiados e outros oprimidos –, é passível de ser manipulado para contribuir com a formação de determinadas situações onde a dominação seja naturalizada. Essa manipulação, que opera em função da manutenção dos padrões desiguais da sociedade, ocorre por meio dos textos nos quais os discursos da elite são materializados. Sendo assim, como lembra van Dijk (2010; 2015), a dominação envolve também um acesso especial a várias formas de discurso.

Na análise das imbricações entre discurso, sociedade e cognição, como uma forma peculiar de investigar as relações de poder nas estruturas sociais, a teoria da ACD do estudioso destaca o seguinte: a produção do discurso ou sua interpretação é mediada pelo conhecimento ou crenças socialmente partilhadas, e o discurso e as estruturas sociais só podem afetar-se reciprocamente por intermédio da cognição social.

Tais ideias demonstram que quem detém poder social é capaz de controlar diferentes formas de acesso ao discurso e, conseqüentemente, controlar as estruturas sociais, o acesso ao conhecimento, o acesso aos recursos socialmente valorizados, assim como o processo da formação dos modelos mentais coletivos e individuais. Esse controle, no entanto, não é absoluto, pois, como bem enfatiza van Dijk (2015), o poder raramente é absoluto, ele é limitado a determinadas situações ou domínios. E é por isso que, mesmo tendo controle sobre as ações de grupos desprivilegiados, ainda é possível, dentre os indivíduos pertencentes a esses grupos, ou dos seus atores sociais, encontrar formas de se opor a estruturas socialmente legitimadas pela elite, através da dominação.

A fim de evidenciar o enredo opressivo e legitimador da dominação que sustenta a ideia de não aceitação das cotas raciais nas universidades públicas, propomos uma reflexão que busca compreender como a carga semântica de alguns discursos constrói e reproduz as estruturas sociais, e como elas, por sua vez, influenciam a produção do discurso e formação de repressão a alguns grupos desprivilegiados. Para afunilar os interesses de análise linguística – o que, nesta pesquisa, nos interessa –, levamos em conta o que diz o autor acerca da língua/linguagem:

Se você é de Esquerda ou de Direita, a gramática da língua é a mesma para todos. Em outras palavras, o abuso de poder só pode se manifestar na língua onde existe a possibilidade de variação ou escolha, tal como chamar uma mesma pessoa de “terrorista” ou de “lutador pela liberdade”, dependendo da posição ideológica do falante. (VAN DIJK, 2010, p. 13, grifo do autor)

Por esse viés, compreendemos que a carga semântico-discursiva da língua/linguagem é impossibilitada de ser colocada e de se colocar em posição de neutralidade, ainda mais nos contextos de discussões que optamos por analisar. De tal modo, entendemos que todo e qualquer discurso apresenta posições ideológicas. Nesse sentido, como van Dijk (2008), acreditamos que os traços de ideologia e poder estão/são semanticamente marcados nos discursos opressores.

Como mencionamos há pouco, o poder ao qual o autor se refere tem a ver com a posse de recursos socialmente valorizados. A classe que o detém, não necessariamente, é, numericamente, maior do que a que domina. Sendo assim, a compreensão de poder adotada por

van Dijk (2010; 2015) na ACD diz respeito ao domínio simbólico em que, por exemplo, um grupo (A) exerce sobre outro grupo (B). Pelas palavras do autor:

O poder de A precisa de uma base, ou seja, de recursos socialmente disponíveis [...]. Esses recursos consistem geralmente em atributos ou bens socialmente valorizados, mas desigualmente distribuídos, tais como riqueza, posição, posto, status, autoridade, conhecimento, habilidade, privilégios ou mero pertencimento a um grupo dominante ou majoritário. O poder é uma forma de controle social se sua base for constituída de recursos socialmente relevantes. Em geral, o poder é intencional ou involuntariamente exercido por A a fim de manter ou ampliar sua base de poder ou para evitar que B a tome. Em outras palavras, o exercício de poder por A atende geralmente aos interesses de A (VAN DIJK, 2010, p. 42).

Nesse sentido, podemos associar o que o autor fala ao que aqui nos interessa: os discursos opressores acerca do sistema de cotas nas universidades públicas do Brasil. Se considerarmos que, antes da implantação do sistema, nunca houve uma margem que apontasse um número superior ou equiparado de negros em relação a brancos no que concerne à ocupação das vagas nas universidades, podemos apontar que o acesso a essas vagas era destinado e dominado pelas pessoas brancas. Todavia, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 54% da população do Brasil é negra<sup>4</sup>.

De tal modo – e justamente por isso –, há a necessidade de refletir sobre o porquê de o poder que vinha sendo legitimado, até antes da implantação do sistema de cotas, resultar nessa contrariedade numérica e social. Para podermos pensar melhor sobre a questão, recorreremos ao que Falcone (2011) diz acerca do processo de legitimação e categorização social. Para a autora, nos processos das práticas discursivas, “a categorização de grupos/atores sociais como (des)legitimados é de extrema importância[...], pois dela resulta várias outras ações, tais quais discriminação, preconceito, estereotipização e naturalização de poderes” (FALCONE, 2011, p. 19).

Sendo assim, associando o que a autora tece ao nosso contexto de análise, compreendemos que a engrenagem que corroborava ao sistema de desigualdade poderia, talvez, estar atrelada a alguns discursos socialmente legitimados, categorizados e naturalizados. Nesse sentido, a naturalização se daria pelo fato de mesmo a população negra sendo maioria no país, haver normalidade de sua não entrada no espaço da educação pública superior.

---

<sup>4</sup>Informações obtidas através do site UOL. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2015/12/04/negros-representam-54-da-populacao-do-pais-mas-sao-so-17-dos-mais-ricos.htm>>. Acesso em: junho de 2019.

No contexto de nossa pesquisa, é válido mencionar que tais discursos não nascem, ganham força ou morrem com a implantação do sistema de cotas; eles são, talvez, e advêm como um dos reflexos do racismo enraizado no Brasil. Então, já encaminhando as nossas discussões à seção de análise de dados, veremos como esse racismo enraizado ganha proeminência (ou tem sua existência negada) com a chegada do sistema de cotas.

### 3. As cotas raciais em debate

O material que analisaremos a seguir diz respeito às falas que foram proferidas durante um debate acerca da ação afirmativa da política de cotas no vídeo Cotas Raciais, do canal do Youtube TVE Bahia – Debates<sup>5</sup>. Na ocasião, quatro pessoas foram convidadas para a conversa: de um lado, Lívia Vaz, Promotora de Justiça, e Marcilene Garcia, Doutora em Sociologia – ambas favoráveis à ação afirmativa de cotas; do outro, Osvaldo Bastos, Professor de Direito e Cientista Social, e Priscila Chamas, Jornalista e Coordenadora do Movimento Livres da Bahia – contrários às cotas.

Para melhor atendermos o objetivo que propomos, selecionamos algumas falas de alguns dos nomes citados acima para a análise deste artigo<sup>6</sup>. Dessa forma, todas as falas são respondidas à seguinte pergunta, que fora proferida pelo apresentador do programa, o repórter Jhonatã Gabriel, no início do debate: *As políticas de cotas, ao invés de reparação, elas não podem, de repente, ampliar ou fortalecer a discriminação?*

#### Respostas:

- 1) Lívia Vaz: 1:22: De forma alguma. Quando nós falamos em medidas de reparação em políticas de ação afirmativa racial, não é mera retórica. **Nós estamos falando de um Estado que promoveu a desigualdade racial** por meio, inclusive, da sua legislação. Então, o Brasil é o país ... o último país das américas a abolir o sistema escravocrata e, além disso, **ele se utilizou do seu próprio aparato legislativo para a exclusão dos negros**, não apenas no mercado do trabalho, mas **no sistema educacional**. Então, nós temos a primeira constituição brasileira de 1824. Logo após um ato complementar, **essa constituição proibia negros de frequentarem as escolas**. Então, quando nós falamos em reparação, é, realmente, **o Estado que promoveu a desigualdade racial que tem a obrigação de desconstruir essa realidade**. 2:05

---

<sup>5</sup> O vídeo pode ser encontrado, na íntegra, neste link: <https://www.youtube.com/watch?v=ACc3L8W6yh>.

<sup>6</sup> Para análise de nossos dados, optamos por transcrever as falas e apontar em qual momento do vídeo (minutos e segundos) elas foram proferidas. Todas as falas escolhidas são as respostas da pergunta feita pelo entrevistador do programa. Além disso, informamos que destacamos em negrito os momentos em que, nos discursos, as questões raciais vêm à tona.



Os discursos favoráveis às cotas, como podemos observar no texto proferido por Lívia, remetem-nos à visão histórica do fato, que concebe ao Estado, enquanto instituição, a responsabilidade pelas desigualdades raciais no país, visto que, no passado, foi o próprio Estado quem legitimou a exclusão e rebaixamento de alguns grupos. Nesse caso, atingindo as pessoas negras.

Os argumentos que justificam a resposta da Lívia fixam seu discurso numa formação discursiva antirracista, representando uma forma de se opor à ideologia dominante. Essa oposição corrobora com os escritos de van Dijk (2015) no que concerne ao domínio do poder, pois, de acordo com ele, o poder exercido pela elite simbólica não é totalitário, sendo possível encontrar sempre espaços para se opor à legitimação da dominação ou do abuso.

Existem vários recursos da memória social que podem ser acionadas para se posicionar a favor das políticas afirmativas direcionadas às pessoas negras. No entanto, o reconhecimento das desigualdades raciais, do abuso do poder e sua legitimação, derivada dessa desigualdade ou condição racial e do reconhecimento do estado como principal promotor dessa dominação, tem sido um dos recursos usados pelos atores sociais como forma de combate aos discursos dominantes.

A título de exemplo, no enunciado proferido por Lívia, “o Estado que promoveu a desigualdade racial que tem a obrigação de desconstruir essa realidade”, evidencia-se que o Estado foi injusto com as pessoas negras no passado e tem por obrigação reparar as consequências advindas da sua injustiça social. Por isso, fala-se tanto, em discursos antirracistas, da dívida que o Estado brasileiro tem com as pessoas negras etc.

O não reconhecimento das diferenças entre grupos sociais, onde alguns são privilegiados e outros oprimidos, é uma das formas, nesse caso, de praticar o racismo e perpetuar a dominação. Como veremos nas análises dos próximos enunciados, os discursos que se fixam numa formação discursiva ideologicamente opressora tendem a negar toda a questão da desigualdade social e racial.

- 2) Osvaldo Bastos: 4:08: Nós temos uma sociedade desigual. Eu também entendo que **não é por uma questão de ordem racial que nós vamos reestabelecer isso**. Até porque **seria uma injustiça com pobres de cabelo loiro e olho azul**. 4:21.

Na resposta do professor Osvaldo Bastos, damos destaque, como se pode ver, a dois trechos. No primeiro, ele considera que a problemática da desigualdade social no Brasil não tem a ver com uma questão de raça. No segundo, ele argumenta que, se fosse, justamente, por uma questão de raça, as cotas seriam injustas com “pobres de cabelo loiro e olho azul”.

Além de fugir do tópico central da pergunta do entrevistador (possível aumento da discriminação), o autor da resposta desconsidera que a desigualdade social do Brasil é advinda de um processo de desigualdade racial, onde os negros foram colocados em posições inferiores em relação aos brancos. Tal constatação nos faz considerar esse discurso como refutável, uma vez que a política de cotas surge, majoritariamente, como um mecanismo que busca diminuir as desigualdades do Brasil.

Outrossim, em relação ao segundo trecho, evidenciamos a questão de que, com a implantação da política de cotas raciais, houve, também, a implantação de cotas sociais ligadas a questões financeiras que beneficiam as pessoas pobres, inclusive, pessoas brancas de olhos azuis (DAFLON, FERES JÚNIOR e CAMPOS, 2013). Por esse viés, vemos, mais uma vez, que o discurso do Cientista Social, de contrariedade às cotas, não se embasa em argumentos plausíveis e/ou sustentáveis.

Do ponto de vista semântico-discursivo, percebemos que a fala do entrevistado traz uma carga ideológica que afeta/dá significado ao seu discurso (VAN DIJK, 2008). No entanto, o que ele profere carrega algumas marcas de contradição. Vejamos: ele compreende que há desigualdade no Brasil, mas que essa desigualdade não advém de uma questão de ordem racial; se caso viesse, a política de cotas seria injusta com os pobres brancos.

Sendo assim, mesmo que admita e que traga ao seu discurso a questão da desigualdade no Brasil, o professor nega que a questão de raça deva ser levada em conta para sanar o problema. Como alguns outros discursos que, comumente, são utilizados contra as cotas, o discurso dele apenas beneficia a engrenagem de opressão vigente no sistema social brasileiro e nega todo o viés histórico do país que diz respeito à posição em que as pessoas negras foram colocadas.

- 3) Priscila Chamas: 22:43: **Vocês vêm com solução de preguiçoso.** Para mim, essa solução é de preguiçoso: **está faltando negro na universidade, bota cota;** está faltando mulher na política, bota cota; está faltando deficiente no mercado de trabalho, bota cota. **Então, assim, eu acho que cota é um erro. É solução para quem não quer pensar no problema.** 23:00.

Assim como o discurso anteriormente analisado, o discurso de Priscila Chamas se posiciona contra a política de cotas. Como vemos na parte destacada, a Jornalista considera as cotas como uma “solução de preguiçoso”. Seu discurso, por esse mesmo viés, continua: “está faltando negro na universidade, bota cota”; “[...] eu acho que cota é um erro. É solução para quem não quer pensar no problema”.

Como no discurso anteriormente analisado, no discurso da jornalista, alguns pontos de contradição também podem ser encontrados: se ela considera que cota é uma “solução”, há de se admitir que só se soluciona o que é um problema. Entretanto, mesmo conseguindo, claramente, em seu discurso, demonstrar quem pertence a grupos minoritários (negros, mulheres, pessoas com deficiência), ela considera que a inserção dessas pessoas em determinados ambientes sociais, através das cotas, descarta a ida à raiz de uma problemática.

Sendo assim, compreendemos que, de acordo com as proposições semântico-discursivas elencadas à tessitura de seu discurso (VAN DIJK, 2008), toda situação histórica pela qual os negros passaram ao longo do tempo (além das questões do machismo em relação às mulheres na política e do preconceito contra as pessoas com deficiência) não são suficientes e plausíveis, já que seu discurso propõe que grupos de pessoas sociais e historicamente desfavorecidos não possam ter chances de equiparação na sociedade pelas políticas de cotas.

#### **4. Conclusões**

A dimensão ideológica dos discursos contrários às políticas das cotas raciais nas universidades públicas brasileiras evidencia o quanto certos discursos, marcados por um teor ideologicamente opressivo, operam em prol do silenciamento de qualquer ideologia que busque revolução, evolução e liberdade dos grupos oprimidos. Esse silenciamento, entretanto, não diz respeito apenas aos discursos, mas, também, condiciona a formação da memória social e influencia a cognição social.

O viés repressivo evidente nos discursos contrários às cotas raciais pode ser visto como forma de legitimar a dominação exercida pela elite simbólica sobre grupos sociais minoritários. No caso do que encontramos em nosso trabalho, os argumentos usados nos discursos legitimadores são sustentados pela ideia de que a política de cotas não é um mecanismo que sirva para sanar a desigualdade social e racial do Brasil, sendo considerada também como forma “de preguiçoso” de solucionar esses problemas.

Todavia, tais argumentos, de uma forma genérica, engendram-se na ideia de que somos todos iguais e merecemos o mesmo tipo de tratamento nos processos seletivos para ingressar nas universidades e negam toda a omissão do Estado e da sociedade para com as pessoas negras na história do Brasil. Conforme a nossa pesquisa, compreendemos que esses argumentos não passam de uma forma de legitimar a dominação racial, pois, se somos todos iguais, e temos as mesmas oportunidades, por que só um determinado grupo social tende a ocupar os espaços privilegiados da sociedade?

Concluimos, assim, que, apesar de as cotas raciais nas universidades representarem um ganho para a população negra no Brasil, a predominância dos discursos contrários a elas reforça o poder da dominação ideológica e social da normalidade de uma não ocupação de negros em ambientes e cargos socialmente almejados pela elite, como as próprias universidades públicas. Esses discursos, por sua vez, trazem à tona marcas de significações semânticas que negam a história e a realidade das pessoas negras no país.

## Referências

ARBACHE, Ana P. R. B. **A política de cotas raciais na universidade pública brasileira: um desafio ético.** 2006. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Filosofia, Comunicação, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

CAETANO, Paulo H. **A palavra-chave racismo e suas relações lexicais: uma análise crítica dos discursos sobre relações raciais brasileiras em corpus de jornal impresso.** 2007. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

DAFLON, Verônica T.; FERES JÚNIOR, João; CAMPOS, Luiz A. Ações Afirmativas raciais no ensino superior público brasileiro: um panorama analítico. **Cadernos de Pesquisa**, vol. 43, n. 148, São Paulo, 2013. p. 302-327.

FALCONE, Karina. A legitimação e processo de categorização social. **Veredas**, vol. 1, Juiz de Fora, 2011, p. 16-31.

MUNANGA, Kabengele. Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil: um ponto de vista em defesa das cotas. **Sociedade e Cultura – Revista de Ciências Sociais**, v. 4, n. 2, Goiás, 2001, p. 31-34.

NAIFF, Denis G. M.; NAIFF, Luciene A. M.; SOUZA, Marcos A. de. As representações sociais de estudantes universitários a respeito das cotas para negros e pardos nas universidades públicas brasileiras. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, vol. 9, n. 1, Rio de Janeiro, 2009, p. 219-232.

PEREIRA, Ilídio M. O discurso sobre a política de cotas raciais no jornalismo online. **Revista Fronteiras – Estudos Midiáticos**, vol. 10, n. 3, São Leopoldo, 2008, p. 173-183.

VAN DIJK, Teun A. Discurso e cognição na sociedade. **Ficheiro de Provas – Revista Portuguesa de Humanidades**, vol. 19, n. 1, Porto, 2015, p. 19-52.

\_\_\_\_\_. **Discurso e poder**. / Teun A. van Dijk; Judith Hoffnagel, Karina Falcone, organização. 2. ed. – São Paulo: Contexto, 2010.

\_\_\_\_\_. Semántica del discurso e ideología. **Discurso & Sociedad**, vol. 2(1), Barcelona, 2008, p. 201-261.